

Turma Nacional analisou mais de 40 mil processos em 2017



risprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça, a TNU se reúne mensalmente. Em 2017, foram 10 sessões ordinárias realizadas em Brasília e em Seções Judiciárias Federais em todo o País.

Ao longo de 2017, a composição da TNU

A Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais (TNU) fechou 2017 com um total de 40.217 processos analisados. Segundo balanço estatístico apresentado pelo presidente da TNU, ministro Raul Araújo, em dezembro, ao longo do ano, foram proferidas 29.265 decisões monocráticas pela Presidência da Turma; 8.926 decisões colegiadas; além de 2.026 decisões monocráticas dos relatores.

Responsável pela apreciação de pedidos de uniformização de interpretação de lei federal em questões de direito material, fundado em divergência entre decisões de turmas recursais de diferentes regiões ou em face de decisão de uma turma recursal proferida em contrariedade à súmula ou ju-

passou por alterações. Na reunião de abril, o juiz federal da 1ª Região, Rui Costa Gonçalves, se despediu do Colegiado após dois anos de atuação como membro efetivo. *“Aprendi muito aqui, mesmo sendo muito antigo na magistratura. Senti-me privilegiado por aprender com os senhores”*, disse o magistrado.

Já em setembro, as homenagens foram para o ministro Mauro Campbell Marques, que participou de sua última sessão na presidência da Turma, e para os juizes federais Boaventura João Andrade, Frederico Augusto Leopoldino Koehler e Gerson Luiz Rocha, que também se despediram do Colegiado na oportunidade.

Ao se despedir, Campbell Marques, que foi sucedido pelo ministro Raul Araújo, fez um balanço da atuação da TNU nos últimos dois anos e destacou o cumprimento e superação da meta de efetividade do Colegiado, com a redução da taxa de congestionamento de 55,7% em dezembro de 2017 para 10,58% em julho deste ano. *“Nada disso seria possível sem a participação de todos os magistrados e servidores da TNU”*, disse o ministro, agradecendo o trabalho *“honrado, dedicado e probo”* de todos os membros da Turma.

A sessão de outubro foi presidida pela primeira vez por Raul Araújo. Ao abrir os trabalhos, o ministro destacou a missão de valorizar as atividades desempenhadas pela Justiça Federal e o papel da TNU de avaliar as diferentes soluções jurídicas apresentadas nas cinco regiões do País para uma mesma temática. *“Seja através de um juízo próprio, que aqui teremos a oportunidade de construir, de fazer, seja adotando o entendimento indicado pelas instâncias superiores, me referindo ao Superior Tribunal de Justiça e ao Supremo Tribunal Federal”*, disse ele.

O ministro Raul Araújo manifestou a satisfação de exercer o cargo e fez agradecimentos aos colegas magistrados que compõem a Turma. *“Por certo, terei a oportunidade, nesse convívio, de renovar minhas ideias, meus conhecimentos, pelo talento que esses admiráveis julgadores que compõem esse Colegiado trarão nas discussões dos diversos temas jurídicos que teremos oportunidade de apreciar em nossas sessões”*, concluiu.

Fonte: CJF

Publicação traz contribuições do TCU para o desenvolvimento nacional



O Tribunal de Contas da União (TCU) lançou a publicação “O TCU e o desenvolvimento nacional – contribuições para a administração pública”, que traz uma síntese das mais relevantes atuações da Corte de Contas para o País.

Segundo o presidente do Tribunal, ministro Raimundo Carreiro, o objetivo do documento é compilar as proposições de cunho estratégico contendo sugestões *“de melhoria baseadas em trabalhos relevantes que avaliaram o uso dos recursos governamentais com impactos diretos para o cidadão”*.

São resultados de ações de controle decorrentes de ampla análise em macrosetores como finanças públicas, gestão pública, ambiente regulatório, infraestrutura, desenvolvimento econômico, meio ambiente, saúde, educação, previdência, assistência social, segurança pública e defesa nacional.

Assim, a publicação traz o entendimento atual do TCU, presente nos julgados mais recentes, acerca das medidas a serem adotadas em setores estratégicos

com o propósito de alavancar o desenvolvimento do País.

Pode ser citado como exemplo o Acórdão 803/2017-Plenário, de relatoria do ministro Bruno Dantas, referente ao tema finanças públicas, que propõe *“aprimorar a governança da gestão orçamentária e da política fiscal, implantando o Conselho de Gestão Fiscal previsto na LRF (Lei de Responsabilidade Fiscal) e a Junta de Execução Orçamentária, institucionalizando os processos decisórios na administração orçamentária e financeira”*.

Outro exemplo consta do tema meio ambiente, nos acórdãos 760/2014-Plenário e 1.567/2016-Plenário, cujo relator foi o ministro Raimundo Carreiro: *“Priorizar programas habitacionais de forma a efetivar, com urgência, a relocação de famílias residentes em áreas de risco ou que tenham sido desabrigadas”*.

E no item gestão pública: *“Alçar os esforços de modernização governamental e de estabelecimento de um governo 100% digital ao mais alto nível de priorização entre os programas de governo”*, gerando agilidade e eficiência na produção de serviços digitais, reduzindo a burocracia dos serviços públicos e entregando melhores serviços ao cidadão (acórdãos 1739/2015-Plenário, relator ministro Benjamin Zymler, e 2362/2015-Plenário, relator ministro Augusto Nardes, dentre outros). (Fonte: TCU)

JFH HÁ DEZ ANOS

Há dez anos, o Justiça Federal Hoje publicou a seguinte notícia:



25/01/08 - Show de Wilson Aragão remete à lembrança do sertão - Outra vez, o palco do Auditório Ministro Dias Trindade foi ocupado para uma excepcional apresentação musical. Desta vez o artista que iluminou aquele auditório, arrancando aplausos da atenta platéia, foi o cantor e compositor sertanejo da cidade de Piritiba, Wilson Aragão.

O show, em benefício do Assentamento Eldorado em Santo Amaro da Purificação, teve como ingresso a doação de uma lata de leite em pó. A ambientação do palco aludia a um acampamento rural de sem-terra com a decoração, mais uma vez, a cargo de Eron, funcionário da Delta, que contou com a participação da diretora do NU-ASG, Leila Lessa, e do supervisor do SESEG, Horácio Ribeiro.

Entre cabanas feitas de lona, que reproduziam as condições precárias dos assentamentos, mas com as sutilezas visuais de redes, chaleiras, panelas de barro, esteiras de palha e um varal de roupas, o artista encantou a platéia levando-a, diversas vezes, da contemplação às gargalhadas.

A desembargadora federal Neuza Maria Alves e os juizes federais Wilson Alves de Souza, Cynthia Lima Lopes e Nilza Reis prestigiaram o show de Wilson Aragão, que teve apresentação do nosso diretor do Foro, juiz federal Carlos d'Ávila Teixeira.

(...)

13ª Vara comemora aniversário de Dr. Carlos d'Ávila



Seguindo uma tradição que se repete todos os anos, a 13ª Vara ofereceu um almoço para festejar o aniversário do juiz federal Carlos d'Ávila Teixeira, na última quinta-feira, 18.

A festa contou com a presença de juizes, servidores e amigos do magistrado que, em seu discurso de agradecimento, ressaltou a felicidade de estar cercado, na oportunidade, de tantas pessoas queridas.

O evento foi marcado pelo clima de descontração e alegria que já se tornou uma marca das comemorações realizadas na unidade.

Aniversariantes

Hoje: José Marcos Lima Rios (Feira de Santana), Maria Luíza de Castro Oliveira Sampaio (Barreiras) e Anderson Alves de Oliveira (VIPAC).

Amanhã: Eduardo Matheus Teixeira Filho (Eunápolis), Ismael Almeida Neto (Vitória da Conquista), Luciana Bezerra de Carvalho e Carolina Freire Nascimento (ambos de Feira de Santana).

Parabéns!